

24.outubro.2018 – 14h00m

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Grupo de Pais do 3.º F da Escola EB1/JI de S. José, Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado

Raquel Santos, Pedro Campos Costa e Madalena Alfaia

Recebidos por: Ana Sofia Bettencourt (PSD), que presidiu à audiência), Álvaro Batista (PSD), Pedro Pimpão (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

Assunto: Continuidade pedagógica e estabilidade na turma do 3.º F

Exposição: A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD, que presidiu à reunião) cumprimentou a delegação presente e informou dos tempos fixados para a audiência.

Raquel Santos começou por informar tratar-se de uma delegação constituída por um grupo de pais da turma do 3.º F, EB1/JI S. João, do Agrupamento de Escolas Baixa Chiado, e que a presente audiência tem por fundamento o facto de não se encontrar a ser garantida a continuidade do ensino ao nível da turma dos seus educandos. De seguida, expôs a situação do seu educando, tanto no que respeita ao anterior ano letivo, como no atual. Referiu que a turma em questão teve um professor no 1.º ano e outro no 2.º, sendo certo que havia sido garantido aos pais que o professor atribuído no 2.º ano iria ficar com esta turma assegurando, assim, a continuidade do ensino até ao 4.º ano. Todavia, em virtude do concurso extraordinário de professores, este professor deixou de ingressar o Agrupamento de Escolas em questão, tendo sido atribuída uma nova professora à turma, para o presente ano letivo. Esta professora apresentou já duas baixas, pelo que as aulas encontram-se a ser asseguradas por uma professora de substituição que tem residência em Rio Maior.

Terminou, referindo que os pais mobilizaram-se no sentido de indagar da possibilidade de permanência do professor do 2.º ano, não tendo tido uma resposta suficiente, por parte da escola. Questionou, por fim, se existe alguma forma de os Diretores de Escola estabilizarem o corpo docente, com vista a garantir a continuidade do ensino.

Pedro Campos Costa reforçou que a turma é constituída por 24 alunos e que apesar de não ser uma turma complicada é complexa, na medida em que tem 5 alunos com necessidades inclusivas. Agravado, agora, com a chegada ao 3.º ano e a necessidade de recurso a uma professora de substituição, perante a baixa médica da professora titular agora colocada.

Sublinhou a pretensão de ser mantida a continuidade pedagógica, e que o que os preocupa é as crianças.

Madalena Alfaia pediu para complementar, dizendo que a sua filha está na escola pública por opção política. Aludiu ao facto de a turma ter 5 alunos com necessidades inclusivas, o que tem sido descurado pelo Agrupamento de Escolas desde o primeiro ano. Mencionou, ainda, que a professora substituta já informou não ser um interlocutor neste processo, na medida em que desconhece da possibilidade de continuidade com a turma. E terminou, referindo que têm consciência de que se trata de uma programa que é replicado no país.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) começou por dizer que a situação exposta é, certamente, replicada em muitas escolas do país, tendo o seu Grupo Parlamentar conhecimento destas ocorrências. Mencionou que estas reuniões com os pais são importantes, na medida em que reforçam a necessidade de questionar os membros do Governo sobre estes problemas. No que respeita ao próprio processo de colocação de professores, referiu que tem consciência que o processo tem de ser melhorado e que a estabilidade e continuidade pedagógica são fatores a considerar, até para a própria motivação dos professores. Já quanto aos alunos com necessidades educativas especiais, referiu que na audição ao Ministro da Educação este comunicou que a aplicação do novo diploma estava a correr bem. Terminou, referindo que as questões expostas são, maioritariamente da competência do Governo, o que não invalidará a realização de diligências pelo seu Grupo Parlamentar.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que a delegação trouxe dois temas centrais, a saber, a educação inclusiva e a colocação de professores. No que respeita aos alunos com necessidades inclusivas, é suposto que a sinalização do aluno seja acompanhada de uma redução do número de alunos por turma, o que não acontece sempre porque há um subdimensionamento dos professores à escola, e uma maior sinalização de situações, face ao aumento do tipo de casos a incluir para efeitos de sinalização. Concluiu, referindo que o problema é invariavelmente o mesmo, não existir um número de pessoas suficientes para assegurar. Quanto à questão do recrutamento, colocação e substituição, informou que este sistema é central, sendo um concurso anual que tem como princípio a garantia da continuidade pedagógica. Todavia, há sempre descontentamentos e pressões, nomeadamente sindicais. O ano passado o que se sucedeu foi a necessidade de realização de um concurso extraordinário. Aludiu, ainda, às bolsas de contratação de escolas que deixaram de existir com este Governo e pretendiam dar resposta ao tipo de situação exposta. Concluiu dizendo que o princípio do sistema é que todos os professores são bons, todos são iguais e todos estão capacitados para a lecionação.

Em resposta, Pedro Campos Costa disse que das intervenções dos Senhores Deputados parecia resultar ser difícil a resolução do problema dos professores, quando temos países com a situação

resolvida há muitos anos. Apelou à necessidade de autonomia e flexibilidade das escolas e a um maior envolvimento dos pais, aludindo ao facto de, perante as dificuldades que têm vivido, terem criado um projeto de ação educativa, designado de *Dreamers* e que tem subjacente uma ideia de participação de profissionais de várias áreas, uma vez que é um desperdício afastar os pais da educação.

Raquel Santos referiu que trabalha na área de acreditação, ao nível do Ensino Superior, e que um critério fundamental é a estabilidade do corpo docente, princípio que deve ser desde logo aplicado ao Ensino Básico. Sublinhou, ainda, que a educação não pode ser uma questão partidária, considerando que hoje estão pior ao nível da educação do que no tempo em que frequentaram a escola, pois que temos muito mais ao nosso alcance, mas nada conseguem fazer. Terminou, referindo pretenderem que a Comissão leve esta questão às instâncias necessárias e que pretendem levar avante esta ideia do projeto *Dreamers*.

Esta audiência foi objeto de gravação áudio, disponível para audição na [página da Comissão na internet](#), o qual constitui parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 24 de outubro de 2018

A assessora
Ágata Leite